

O MISTÉRIO DA CASA DAS QUATRO CABEÇAS, DE SETÚBAL E OS ATENTADOS CONTRA D. JOÃO II

POR ROCHA SOUTO

O recente aparecimento de elevado número de moedas romanas em Setúbal, em local não muito distante da Casa das Quatro Cabeças, veio dar particular actualidade ao presente trabalho.

Não que haja uma íntima relação entre os factos ocorridos na Casa das Quatro Cabeças e o aparecimento dessas moedas.

Apenas admitimos — como razão presumível — que a existência de moedas, em local tão próximo e sem outros elementos que nos permitam justificar, ou determinar se se quiser, a que poderá atribuir-se, pode ser ainda uma consequência dos factos ocorridos naquela casa.

Seja ou não, uma coisa nos parece certa. A decifração do mistério da Casa das Quatro Cabeças reveste-se de toda a utilidade, mesmo para os estudos numismáticos, uma vez que acreditamos nos forneça algum contributo, ainda que veladamente, para o estudo da numária da época.

A. F. T.

I—GENERALIDADES

Comecei a publicar, há anos, uma série de artigos de divulgação, que intitulei «O MISTÉRIO DA CASA DAS QUATRO CABEÇAS».

Saiu o primeiro artigo em Novembro de 1954, ⁽¹⁾ e, posteriormente, por falta de tempo para os ordenar, todos os meus apontamentos sobre o assunto foram ficando adormecidos numa gaveta.

Nada se perdeu com isso, porque, de então para cá, tenho reunido elementos que me parecem na verdade decisivos, para a resolução de um mistério que, de há quase 100 anos a esta parte, tem sido discutido e resolvido contraditória e gratuitamente por diversos autores.

(1) «O Distrito de Setúbal», Ano IV, n.º 176, de 17 de Novembro de 1954.

Vivi muitos anos em Setúbal, e a minha curiosidade, pelo que chamarei «O MISTÉRIO DA CASA DAS QUATRO CABEÇAS», foi despertada por um valioso e brilhante artigo, da autoria do Snr. Prof. José Manuel Landeiro, acerca de uma Casa Histórica daquela cidade, situada na Rua Fran Paxeco, anteriormente Rua 25 de Março, e anteriormente ainda Rua Direita do Troino, prédio que faz esquina para a Travessa do Carmo. (1)

Neste prédio, vêm-se esculpidas quatro cabeças de pedra, três delas no cunhal da referida esquina, e uma outra por cima da porta, que, naquela Rua dá entrada para o pavimento inferior da dita casa.

Já em 1949, tal como agora esta porta tinha o n.º 44 da Rua 25 de Março, (2) e, quanto às cabeças de pedra, e segundo a tradição refere, três delas representariam, na esquina do prédio, o rosto de D. JOÃO II, ladeado pelos de D. DIOGO, DUQUE DE VISEU, e de D. LOPO DE ALBUQUERQUE, CONDE DE PENAMACOR.

Tais cabeças serviriam, segundo a mesma tradição, para assinalar, o local em que deveria dar-se um dos atentados contra D. João II, que estaria premeditado, e deveria consumir-se na vila de Setúbal, quando o Rei fosse passando a pé, na Procissão de «Corpus Christi», ladeado, à esquerda pelo Conde, e à direita pelo Duque, que naquele lugar teriam combinado deixar cair os respectivos bastões, e baixarem-se para apanhá-los, deixando assim a descoberto a pessoa do Rei, a quem um terceiro conjurado, de dentro das casas, atacaria a tiro de arcabuz.

*

Vários autores têm posto em dúvida a relação que pudesse existir entre este Monumento e qualquer atentado contra D. JOÃO II.

Os mais condescendentes limitam-se a indicar uma tradição imprecisa, e o mais severo — MANOEL MARIA PORTELLA — chega a declarar que só os «ignorantes da História» podem pretender sustentar tal afirmação.

Porém, nem uns, nem outros, — nem condescendentes, nem os severos — têm procurado resolver o problema metódicamente, com documentos históricos, e a «CASA DAS QUATRO CABEÇAS» tem constituido, até hoje, um verdadeiro e intrincado mistério.

É esse mistério que vou procurar resolver definitivamente, socorrendo-me de documentos históricos e insuspeitos — e dando assim à cidade de

(1) «O Distrito de Setúbal», Ano III, n.º 118, de 4 de Novembro de 1953.

(2) «Guia de Setúbal», publicado em 1949, pelo Sr. Guilherme Faria.

Setúbal a certeza de qual a verdadeira antiguidade deste Monumento, que deverá ser considerado, no futuro, como mais um Monumento sob a protecção do Estado. (1)

2 — NÚMERO E POSIÇÃO DAS CABEÇAS DESDE 1839

O primeiro problema que vi posto por um autor, foi o do número e da localização das cabeças, na Rua Direita do Troino.

Com effeito, escrevendo sobre a «CASA DAS QUATRO CABEÇAS», e tendo lido, no «Arquivo Popular» de 1839, (2) que havia uma cabeça na esquina de umas casas, e outras na frente ou frontaria das mesmas casas, o Sr. PROF. JOSÉ MANUEL LANDEIRO afirma ter dúvidas sobre se as cabeças eram duas, ou se já eram quatro, em 1839; sobre se alguma delas teria sido mudada de um prédio fronteiro para o local em que actualmente se encontram; e sobre se teriam ou não *aparecido mais duas cabeças*, desde 1839, até 1953 (3).

*

Com effeito, tendo o distinto investigador observado, ele próprio as quatro cabeças, na casa que faz esquina da Travessa do Carmo para a Rua Direita do Troino, três delas no cunhal, e uma por cima da vêrga da porta, pergunta, no seu citado trabalho, o seguinte:

— ¿Por que razão, falando o «Arquivo Popular» em duas cabeças, apparecem actualmente quatro?

— ¿E por que razão, dizendo que havia uma cabeça na esquina, «e outra em frente desta, numa outra casa» — palavras do Sr. PROF. JOSÉ MANUEL LANDEIRO — apparecem actualmente todas na mesma casa?

— ¿«Seriam mudadas de lugar» — pergunta — «e, com os tempos, appareceriam mais duas cabeças»?

*

A resposta a estas perguntas, à primeira vista difficil, é na verdade muito fácil, e decisiva.

Quanto ao falar-se em «duas cabeças», não significa isto, como vai ver-se,

(1) Segundo refere o Sr. Guilherme Faria, a págs. 48 do seu citado «Guia de Setúbal», também o distinto investigador Sr. Dr. Fernando Falcão Machado dedicou um dos seus trabalhos ao Monumento de Setúbal. Procurei consultar o referido trabalho, mas não o consegui, pelo que ignoro quais os elementos que reuniu, e quais os resultados a que chegou.

(2) «Arquivo Popular», de 9 de Novembro de 1839.

(3) «O Distrito de Setúbal», Ano III, n.º 118, de 4 de Novembro de 1953.

que, em 1839, — data do exemplar do «Arquivo Popular» em que o distinto investigador se baseou — não estivessem lá as *quatro cabeças*, tanto mais que já no ano anterior, de 1838, uma outra revista, o «Panorama», explicara, por sua vez, que a vêrga da porta tinha no meio *uma cabeça esculpida*, e que na quina da mesma casa tinha sido removida uma pedra, no tempo de D. JOÃO II, e substituída por outra, em que avultavam *mais três cabeças*. (1)

Acresce, além de tudo isto, que, não só o «Panorama» de 1838 é expresso em explicar, mais adiante, que «o Monumento ainda hoje quem quiser o pode ver em Setúbal, e ouvir acerca dele as tradições populares»; mas também que esta revista foi ao ponto de publicar, no mesmo número, uma gravura representativa de três aspectos da Casa e da posição das quatro cabeças, gravura que mandei fotografar no Laboratório Fotográfico da Biblioteca Nacional de Lisboa, e que não pode deixar dúvidas quanto à respectiva localização. (Fotografia n.º 1)

As quatro cabeças já lá estavam, portanto, em 1838.

*

E, assim, quando o «Arquivo Popular» se refere apenas a *duas cabeças*, um ano depois do «Panorama», isso só pode significar que se mencionaram somente as duas cabeças de maior vulto, sem se nomearem também as duas outras, mais pequenas, que ladeiam a que se encontra no cunhal do prédio.

E isto por uma razão afinal muito simples, que é a de que, enquanto a cabeça do cunhal da casa tem, segundo refere um outro autor — que é o Sr. GUILHERME FARIA (2) — cerca de 30 cm. de altura, as outras duas mais pequenas, que se encontram uma de cada lado, terão, quando muito, e segundo afirma o mesmo autor, cerca de 15 cm. de altura, ou seja, cerca de metade das dimensões da maior, e são, até, segundo palavras do mesmo estudioso, «muito arredondadas», «quase como dois pequenos globos», o que as torna muito menos notáveis. (Fotografia n.º 2)

Não admira, por isso, que o «Arquivo Popular» não haja mencionado também estas duas outras cabeças, mais pequenas e de menor valor artístico, para se referir, aliás inexactamente, apenas às duas cabeças principais.

Finalmente, quando o «Arquivo Popular» afirma que «ainda hoje» — ou seja, em 1839 — «se conserva na esquina da Travessa das Amoreiras da Vila de Setúbal uma cabeça de pedra, e na frente das mesmas casas, voltando para a

(1) «Panorama», de 22 de Dezembro de 1838.

(2) Trabalho citado.

Rua do Troino, outra cabeça coroada, em meio relevo» — isto significa que a quarta cabeça já então estava — *como está* — não em frente ou defronte das casas em cuja esquina se vêm actualmente as três outras cabeças, não «em frente desta, numa outra casa», como supõe o Sr. PROF. JOSÉ MANUEL LANDEIRO — mas sim que já então se encontrava na frente ou na frontaria «das mesmas casas», como aliás se diz, textualmente, na revista em que o Sr. Professor se baseou. Quando a revista diz que há *uma cabeça na esquina das casas, e outra cabeça «na frente das mesmas casas»*, significa com isto — não que a outra cabeça estivesse noutra prédio, em frente daquele — mas sim na «frente» do mesmo prédio, que é a forma arcaica, ainda actualmente usada, de se designar a frontaria de um edificio.

Não houve, portanto, qualquer modificação das respectivas posições posteriormente a 1838, e 1839, que foi quando apareceram, como se viu, os artigos do «Panorama», em 1838, e do *Arquivo Popular*, em 1839.

3 — A DOCTRINA SEVERA, E ERRADA, DO GRANDE INVESTIGADOR DAS COISAS DE SETÚBAL, QUE FOI MANOEL MARIA PORTELLA.

Destruídas, assim, as duas primeiras objecções, quanto a um possível acrescentamento e modificação do Monumento em causa, desde 1838 até à data — cumpre destruir agora a doutrina severa, mas errada, do grande investigador das coisas antigas de Setúbal, que foi MANOEL MARIA PORTELLA.

Não tirarei, com isto, o merecimento ao grande historiador, Setubalense Ilustre, de quem FRAN PAXECO escreveu, com verdade, num seu trabalho publicado em 1930, que, «se não fora o seu zelo de beneditino, ainda hoje se ignoraria a rota sinuosa do antigo burgo piscatório» (1).

E a sua figura é de tal modo ilustre e respeitada, que bem fez a Ex.^{ma} Câmara Municipal de Setúbal — diga-se de passagem — ao atribuir o nome de tão insigne polígrafo e investigador à antiga Rua de São João, onde residiu, e que hoje tem, e muito justamente, a designação de Avenida de Manoel Maria Portella.

*

Numa série de artigos que publicou na «Gazeta Setubalense», em 1876, (2) o grande historiador nega qualquer relação entre as cabeças de pedra e o reinado de D. João II, pelas seguintes razões:

1.º — Que foram os «ignorantes da História», por «leviandade inexpli-

(1) «Setúbal e as suas Celebidades», Lisboa, 1930

(2) «Gazeta Setubalense», n.ºs de 23 e 30 de Abril de 1876.

- câvel » (palavras textuais), que « enlaçaram » tais figuras e factos relativos a D. João II;
- 2.º — Que tal tradição não tem por si o voto de nenhum historiador, nem outra probabilidade que a torne aceitável (palavras textuais);
 - 3.º — Que foi « a parte ignorante dos moradores de Setúbal » (palavras textuais, também) que formou este « conto intrincado e inverosímil » (como também lhe chama);
 - 4.º — Que a tradição setubalense só adquiriu maior voga, depois de aproveitada no romance intitulado « Mestre Gil », e publicado pelo « Panorama » em 1838;
 - 5.º — Que as cenas deste romance são puramente fictícias, « como declarou particularmente o seu ilustrado autor »;
 - 6.º — E que as pedras estão trabalhadas em forma moderna, porque foram necessariamente colocadas, na mencionada casa, depois do terremoto de 1755, já que o mesmo reduziu a ruínas quase todas as casas do Bairro do Troino.

*

É na verdade um longo e severo libelo acusatório, e quase com termos de sentença penal — contra a possibilidade da relação entre as quatro cabeças e os atentados contra D. João II, e o certo é que, até hoje, suggestionados ou não os ânimos pelas acusações de « leviandade » e de « ignorância da História », nenhum autor, que eu conheça, conseguiu reunir, num trabalho de conjunto, elementos que destruíssem, por uma vez, as afirmações, aliás doutas, do grande MANOEL MARIA PORTELLA.

4—OS ATENTADOS CONTRA D. JOÃO II, A VILA DE SETÚBAL E O BAIRRO DO TROINO

As primeiras afirmações de MANOEL MARIA PORTELLA são as de que « não pode haver qualquer relação histórica, entre um Monumento em Setúbal, e na Rua Direita do Troino, — e qualquer atentado, contra D. João II ».

*

Para o refutar, basta socorrer-me do historiador GARCIA DE REZENDE secretário particular do próprio Monarca, e que, em 1545, publicou a primeira edição da « Vida e Feitos de D. João II ».

Acessoriamente, completarei a descrição dos factos relatados por este autor com o que diz, mais desenvolvidamente nalguns pontos, um outro

historiador menos conhecido, que foi Frei Francisco de Santa Maria, o qual se referiu aos atentados contra D. João II, numa obra intitulada o «Ano Histórico» (1).

*

A vida de D. João II está intimamente ligada à hoje cidade de Setúbal. D. Afonso V faleceu em Sintra, em 28 de Agosto de 1481.

D. João II, filho daquele monarca, foi aclamado em 1 de Setembro do mesmo ano, na cidade de Lisboa, depois de já o ter sido na vila de Sintra, e reinou, até falecer, em 25 de Outubro de 1495 — durante 14 anos.

Ora, D. João II casara, ainda Príncipe, na cidade de Setúbal, em 22 de Janeiro de 1471.

A noiva foi D. Leonor, prima do futuro Rei, filha do Infante D. Fernando, o Infante Santo, irmão do Rei D. Afonso V, e Duque de Viseu.

D. Fernando falecera pouco antes em África, cativo dos mouros pela capitulação do nosso exército junto de Tanger, e, por isso, não houve festas nem regozijos públicos por ocasião do casamento (2).

Encarcerado em Fez, o Infante Santo D. Fernando acabara por falecer, vítima de doença e de constantes vexames, e os muçulmanos, por vingança para com os Portugueses, que lhes não davam Ceuta, não recuaram perante o barbarismo da exposição do cadáver, de cabeça para baixo e sem entranhas, no alto das muralhas da cidade de Fez.

Quando D. João II subiu ao trono, 10 anos depois, em 1481, e convocou Côrtes para Évora, — surgiram desde logo incidentes, nessas Côrtes, com D. Fernando II, Duque de Bragança, acerca dos direitos da Corôa, e dos direitos dos fidalgos.

Destes atritos entre D. João II e D. Fernando II, resultou que o Rei, que então habitava o Palácio do Conde de Olivença, ali chamou o Duque de Bragança, em 29 de Maio de 1483, e ele próprio o prendeu, por conspirador, pelo que o Duque foi julgado, sentenciado à morte, e degolado publicamente, em 22 de Junho do mesmo ano, na Praça Grande de Évora, em frente da Igreja de Santo Antão (3).

*

D. João II demorava-se muitas vezes em Setúbal, e o certo é que, em 6 de Agosto do ano seguinte, de 1484, se encontrava já naquela vila, onde

(1) Tomo II, pág. 576.

(2) Pinho Leal, «Portugal Antigo e Moderno», Vol. IX, pág. 352.

(3) Idem, pág. 228.

concedeu muitos privilégios e regalias a Gonçalo Pires Bandeira, herói das guerras de África e da Batalha de Toro, em que fora ao meio do exército inimigo, de D. Fernando, o Católico, de Castela, arrancar das mãos de um fidalgo a bandeira portuguesa, que os castelhanos nos haviam tomado, pelo que D. Afonso V lhe dera, e aos seus descendentes, o sôbrenome heróico e honroso de Bandeira (1).

Ora, o Bispo de Évora, D. Garcia de Menezes, estava conspirando contra o Rei.

Desta conspiração, faziam parte, além do Bispo, e em primeiro lugar, como chefe, D. Diogo, Duque de Viseu, senhor de Beja e de muitas outras terras em Portugal, filho primogénito do Infante Santo, e primo e cunhado de D. João II, visto que irmão da Rainha D. Leonor.

Além destes, faziam parte da conspiração mais os seguintes:

- D. Fernando de Menezes, irmão do Bispo de Évora;
- Fernão da Silveira, filho do Barão de Alvito;
- D. Guterrez Coutinho, filho do Marechal do Rei;
- D. Álvaro de Ataíde, irmão do Conde de Atouguia;
- seu filho, D. Pedro de Ataíde;
- D. Lopo de Albuquerque, Conde de Penamacor;
- e Pedro de Albuquerque, irmão do Conde de Penamacor, e Alcaide-Mór do Sabugal.

Mas sucedeu que o Bispo de Évora tinha uma «manceba», de nome Margarida Tinoca.

Esta Margarida soube, pelo Bispo, que este, e os outros, tinham resolvido matar o Rei em Setúbal, e confiou o caso, em segredo, a seu irmão, Diogo Tinoco, «homem fidalgo», segundo diz GARCIA DE REZENDE.

À cata de recompensa choruda, este Diogo Tinoco avisou Antão de Faria, homem de confiança do Rei, para que tudo participasse ao Monarca, e o próprio D. João II se avistou pessoalmente com o irmão da Tinoca, no Mosteiro de S. Francisco, de Setúbal, para o que o fez disfarçar de frade...

El-Rei, uma vez a par dos factos, deu-lhe logo 5.000 cruzados em ouro, e 600.000 réis de renda, em benefícios logo nomeados, e pelos quais logo mandou, também, expedir as respectivas cartas...

(1) Pinho Leal, «Portugal Antigo e Moderno», Vol. IX, pág. 228.

E só é estranho que, com tanto segredo, o Rei mandasse publicar logo tais doações, que certamente dariam nas vistas, — a não ser que o Soberano já tivesse resolvido, à cautela, e para não espantar a caça que D. Diogo Tinoco viria a morrer, como morreu, — não sei de que, — «antes mesmo de expedidas as letras», como reconhece GARCIA DE REZENDE...

*

O segundo denunciante foi D. Vasco Coutinho, que «dizia» ter vários agravos do Rei, e que por isso resolvera partir para África...

O irmão, D. Guterrez Coutinho, comovido pelas suas notícias, falsas ou verdadeiras, de que se ausentava para África por causa do Rei, chamou-o a Sezimbra, e pediu-lhe que ficasse mais algum tempo no Reino, acabando por lhe contar toda a conspiração, e os planos dos conjurados quanto à morte de D. João II.

D. Vasco Coutinho foi logo contar tudo a D. João II, pedindo-lhe previamente que o irmão não fosse morto pela Justiça — ao que o Rei acedeu solenemente...

Simplesmente, mais tarde, quando o Rei prendeu os conjurados — como terei ocasião de contar — e conforme o reconhece textualmente GARCIA DE REZENDE, «porque D. Vasco, seu irmão, tinha já pedido, a El-Rei, que não morresse por justiça, El-Rei mandou levar o dito D. Guterrez preso à Torre de Aviz, onde também logo morreu, e, segundo fama, não de morte natural, senão artificial»...

*

É claro que a prisão dos conspiradores não se realizou logo, visto que D. João II resolveu esperar mais algum tempo, para dar o golpe e apanhá-los a todos, sempre em comunicação com o fidalgo D. Vasco, que o punha a par de todos os planos dos conjurados, para o assassinato em Setúbal.

De uma das vezes, o Rei percebeu que os conspiradores pretendiam assassiná-lo, quando passeavam a cavalo pelo Bairro do Troino, e, chegando junto à Igreja da Anunciada, voltou as costas à Igreja, e fez disfarçadamente frente aos conjurados, até que chegou o Capitão de El-Rei com os da sua guarda.

De outra vez, ao descerem, à noite, uma escada, em Setúbal para irem a casa da Rainha, D. Pedro de Ataíde, e D. Guterrez Coutinho, intentaram apunhalá-lo, mas embaraçaram-se ao executar o golpe, pelo que o Rei, voltando-se para D. Pedro, lhe perguntou:

— «Que é isso?»

— «Senhor, escorreguei»...

Ao que o Rei lhe tornou, muito inteiro:

«Guardai-vos de cair»!... (1)

*

Finalmente, de outra vez, foi El-Rei a Sezimbra, e avisaram-no de que os conspiradores o esperavam em Setúbal, para assassiná-lo ao sair da falúa, quando regressasse por mar.

Por isso, regressou por terra, e, chegando a Setúbal em 22 de Agosto de 1484, inteirou-se de que D. Diogo, Duque de Viseu, seu primo e cunhado, irmão da Rainha D. Leonor, e chefe da conspiração, sabendo que D. João II vinha por terra, se abalara para Palmela sem o esperar, para junto da Infanta sua mãe, que ali estava aposentada com o mesmo Duque.

No dia seguinte, sábado, 23 de Agosto de 1484, o Rei, que morava nas casas de Nuno da Cunha, depois chamadas Paço do Duque de Aveiro, mandou chamar a Palmela o Duque de Viseu — tal como já fizera noutro lugar com o depois decapitado Duque de Bragança.

Não diz GARCIA DE REZENDE a que horas chegou ali o Duque de Viseu, e apenas se sabe que o Rei o chamou, já ao cerrar da noite, ao seu guarda-roupa, onde o Duque entrou desacompanhado, para falar com o Rei.

D. João II fizera-se acompanhar propositadamente de D. Pedro de Eça, fidalgo de notável força física, e Alcaide-Mór de Moura, de Diogo de Azambuja, e de Lopo Mendes do Rio.

E conta-se que o Rei, apenas chegou o Duque, lhe dissera:

— «Primo, se soubesses que um inimigo vos queria matar, o que farias?»

— «Matava-o eu primeiro».

— «Pois lavraste a própria sentença» (2).

E, ao dizer o Rei isto, D. Pedro de Eça, que já estava ali para o efeito, abraçou o Duque pelas costas, para que não pudesse defender-se, enquanto o Rei lhe cravava um punhal no peito repetidas vezes, até que o ferido expirou, e ficou secretamente morto.

(1) Frei Francisco de Santa Maria, «Ano Histórico», tomo II, pág. 576.

(2) É pouco provável que o Duque fosse responder assim, e bem mais natural que o diálogo tivesse sido «composto» por ordem do próprio D. João... Seja como for, esta versão aparece descrita, por ex., pelo já citado Padre Mestre Frei Francisco de Santa Maria, «Ano Histórico», tomo II, págs. 576 e segs., e pelo também já referido Pinho Leal, «Portugal Antigo e Moderno», Vol. IX, pág. 220. Garcia de Rezende, por sua vez, explica apenas que «sem se passarem muitas palavras, El-Rei o matou às punhaladas.»

De Diogo de Azambuja, sei, por DAMIÃO DE GÓES, que D. João II lhe chamou «fidalgo de grande esforço e discreção» (1), — e, para se avaliar o temperamento de D. Pedro de Eça — o tal que abraçou o Duque pelas costas — basta contar o seguinte:

D. Pedro de Eça era Alcaide-Mór de Moura.

A certa altura, os criados de D. Pedro mataram um homem na vila, e dois irmãos da vítima foram queixar-se a El-Rei, de que fora D. Pedro quem ordenara o assassinato.

O Rei mandou-o dois anos para a côrte, e é claro que nada se provou...

Então, e por vingança, pediu D. Pedro a El-Rei que, já que o tinham acusado, e nada provavam, o deixassem lutar com eles, para os matar.

O Rei, indignado, respondeu que bem quizera ele, Rei, ser um do dois irmãos da vítima, ao que o fidalgo retorquiu, imediatamente, que, não fosse ele o Rei, e não se importaria que fosse o terceiro... (2)

*

Voltando, porém, à nossa história de Setúbal, e das quatro cabeças, à noite mandou o Rei fechar as portas da vila de Setúbal, e pôr nelas grandes guardas; enviou muita gente para fora da vila, a guardar os caminhos; e mandou apregoar grandes e temerosos pregões, por toda a vila; além de muitas e rápidas diligências, para se prenderem todos os outros conjurados.

*

Na madrugada seguinte, foi o corpo do Duque de Viseu exposto na Igreja principal da vila, à vista de todo o povo, sobre um cadafalso coberto de panos negros, e sem que o Rei consentisse em que lhe mudassem, sequer, a roupa que trazia, — até que, à tarde, acabou por ser enterrado...

*

O Bispo de Évora, que também estava em Setúbal, nas Casas da Rainha, foi chamado fora e logo preso, levado ao Castelo de Palmela, e metido dentro de uma cisterna sem água, onde morreu passados poucos dias, parece que envenenado com peçonha, por ordem do Rei, segundo GARCIA DE REZENDE.

Como se tratava de um alto dignitário da Igreja, não chegou a ser morto por justiça...

(1) Dr. Fernando da Silva Correia, trabalho sobre «D. João II», «Olisipo», ano XIX, n.º 73, Janeiro de 1956, pág. 41.

(2) «Memórias», de Diogo de Paiva de Andrade; e Manuel Maria Portella, in «Portugal Antigo e Moderno, Vol. IX, pág. 227.

D. Fernando de Menezes, irmão do Bispo de Évora, apresentou oralmente a sua própria defesa — mas foi degolado na praça pública de Setúbal.

*

D. Guterrez Coutinho, filho do Marechal e irmão de D. Vasco, foi preso na Torre de Aviz, e morreu logo, tal como o Bispo de Évora, com peçonha, visto que o Rei não queria quebrar o formalismo da palavra dada ao denunciante, D. Vasco, de que o irmão não morreria por justiça...

E, palavra de Rei — é claro que não volta atrás...

*

Do próprio denunciante D. Vasco Coutinho, nada sei, a não ser que o Bispo de Évora, D. Garcia de Menezes, apenas dissera a D. Guterrez, quando este lhe contou que o irmão se lhes juntara, como conspirador: «— Muito me dói o cabelo de D. Vasco...» (1)

Ignoro, porém, se isto era amizade... ou se desconfiança e ameaça...

*

D. Pedro de Ataíde, o tal que havia tentado apunhalar o Rei, nas escadas, e a quem D. João II dissera que fosse escorregando, mas que se livrasse de cair, — e que fugira imediatamente, a quando da morte do Duque de Viseu — foi preso no caminho de Santarém, trazido a Setúbal, e degolado e feito em quartos na praça pública.

*

Fernão da Silveira, filho do Barão de Alvito, salvou-se fugindo para Castela, depois de ter permanecido escondido numa cova no chão.

Desterrado de Castela, por requerimento de D. João II, fugiu depois para França, até que, em 8 de Dezembro de 1489, foi morto na cidade de Avinhão por um mercenário de D. João II.

Com efeito, o Conde de Palhaes, fidalgo catalão, que estava desterrado em França, recebeu dinheiro de D. João II para matar Fernão da Silveira, — o que conseguiu, tendo, como recompensa, a prisão perpétua em França...

*

D. Álvaro de Ataíde, pai de Pedro de Ataíde (que foi esquartejado na praça pública de Setúbal), — fugiu imediatamente de Santarém, onde se encon-

(1) Pinho Leal, «Portugal Antigo e Moderno», Vol. IX. pág. 224, e Garcia de Rezende.

trava, para Castela, onde se manteve em vida do Rei, até que, quando D. Manuel subiu ao trono, «foi a estes reinos tornado com sua glória, e restituído ao seu», como diz GARCIA DE REZENDE, sendo grande amigo do Rei D. Manuel, irmão de D. Leonor, e do apunhalado Duque de Viseu.

*

D. Pero ou Pedro de Albuquerque, irmão do Conde de Penamacor e Alcaide-Mor do Sabugal, que também fugira, foi preso em Lisboa, julgado, condenado à morte, — e degolado em Montemor-o-Novo.

*

E o irmão, D. Lopo de Albuquerque, Conde de Penamacor, — último dos perseguidos — conseguiu acolher-se logo ao Castelo da sua vila, e só acedeu a falar com D. João II no lugar das Cortiçadas, depois chamado Proença-a-Nova, com seguro real, e, possivelmente, com as suas gentes de armas, por causa das confusões . . .

Como não se entenderam, retirou-se para Castela com a esposa e os filhos e depois para Roma, andando por muitos países, sempre contra D. João II, até que regressou a Castela, onde «acabou», como diz GARCIA DE REZENDE.

*

Quando D. João II matou D. Diogo, Duque de Viseu, mandou chamar, também, D. Manuel, irmão deste, então um jovem de 15 anos apenas.

D. Manuel, que estava doente, chegou pálido e aterrorizado, acompanhado de seu aio D. Diogo da Silva.

D. João II, soceçou-o, doou-lhe todos os bens do Duque de Viseu, e mudou-lhe o título, que assim herdara tão trágicamente, de Duque de Viseu em Duque de Beja, ⁽¹⁾ para esquecer, segundo DAMIÃO DE GÓES, «a lembrança e o escândalo que naquele tempo podia e devia ter ao título» ⁽²⁾.

*

Sabido, portanto, que os conspiradores quiseram assassinar D. João II no Bairro do Troino, quando ali passeava, e que D. Pedro de Ataíde e D. Guterrez Coutinho quizeram apunhalá-lo ao descer umas escadas, à noite, quando se dirigia às Casas da Rainha, — pelo que D. Pedro de Ataíde foi

(1) Veja-se o curioso volume «Grandes Reportagens de Outros Tempos», por Caetano Beirão e Martins Barata, Lisboa, 1938, págs. 35 e segs.

(2) Damião de Góes, «Crónica do Fidelíssimo Rei D. Manuel», ed. da Imprensa da Universidade de Coimbra, 1924. Vol. I, pág. 13.

esquartejado em Setúbal, e D. Gutierrez ali preso, e morto na Torre de Aviz: e sabido que também D. Diogo, Duque de Viseu, foi morto em Setúbal, pelo Rei; que D. Garcia de Menezes, Bispo de Évora, foi preso em Setúbal, e envenenado no Castelo de Palmela; e seu irmão, D. Fernando de Menezes, degolado na Praça Pública de Setúbal — é de admitir como natural que o Rei, dado o seu temperamento severo, e para perpetuar tais castigos, mandasse colocar um Monumento, na rua principal do Bairro do Troino, celebrando o insucesso da conspiração, e, talvez, na própria escada por onde o Rei descia, na noite em que quizeram apunhalá-lo.

*

Por aqui se vê, portanto, que a tradição do Monumento não é tão «inverosímil», «intrincada», «leviana», e contrária aos acontecimentos históricos, como pensava, e sustentava, o grande investigador que foi MANOEL MARIA PORTELLA.

5 — AS LEGENDAS DO MONUMENTO E A VIDA DE D. JOÃO II

Um outro aspecto que todos os historiadores que conheço têm deixado escapar, é o do estudo das legendas que se encontram no Monumento.

Na esquina do cunhal está uma cabeça com a face emoldurada por barba, e cabeleira comprida, tendo na cabeça, segundo o Sr. GUILHERME FARIA, «uma coroa, ou barrete, mas de preferência se dirá listrel», — que, quanto a mim, e como se vê nas fotografias, deve classificar-se afinal como uma coroa aberta, cujos bicos ainda se divisam, — e com os seguintes dizeres:

«ESPER A THE DEO» (1).

Quanto a mim, trata-se na verdade de uma cabeça coroada, com a coroa aberta usada pelos Reis de Portugal ainda no tempo de D. João II, e absolutamente semelhante, por exemplo, à coroa que se vê numa cabeça de D. Manuel, de uma fonte antiga de pedra, que se encontra aqui em Lisboa, no Museu Nacional de Arte Antiga, na Rua das Janelas Verdes (2). (Para exame dos restos de bicos da coroa, veja-se a fotografia de pormenor n.º 3).

(1) Tanto o Sr. Guilherme Faria, como o Sr. Prof. José Manuel Landeiro, transcrevem exactamente a mesma legenda, nos seus trabalhos citados, com a única diferença de que juntam as letras da expressão «A THE».

(2) Há quem tenha posto o problema de serem as cabeças da referida fonte, exactamente, da autoria de BOYTAC, ou dos seus discípulos ou colaboradores.

É o que admite o Sr. Dr. Mário Carmona, no seu trabalho sobre «O Hospital Real de Todos os Santos» (pág. 132), podendo ver-se a fotografia da fonte, a pág. 160 do mesmo trabalho.

Admite também este autor, do mesmo modo, que uma outra cabeça de pedra do Mosteiro

A tradição aponta esta cabeça como sendo a de D. João II, e, portanto, cumpre investigar se este Monarca podia ter usado, também alguma vez, de divisa semelhante à de «ESPERA THE DEO».

Para isso, há que esclarecer o seguinte:

D. João II foi um apaixonado das descobertas e da navegação científica.

E a esfera armilar, já então conhecida em Portugal pelo nome de «SPERA», constituía, segundo palavras de DAMIÃO DE GÓES, a «figura por que os matemáticos representam a forma de toda a máquina do céu e da terra» (1).

Um outro autor, MANUEL SEVERIM DE FARIA, é expresso em reconhecer que «teve El-Rei D. Manuel por empreza a ESPHERA, que vulgarmente se chamava então ESPERA, e lha deu El-Rei D. João II, como em prognóstico da Coroa» (2).

Em prognóstico da Coroa, porém, é que não podia ser, visto que D. João II sempre pensara em deixar o Governo do Reino ao Príncipe herdeiro e seu filho D. Afonso, o qual só faleceu em 1491, quando é certo que D. João II deu a esfera como emblema a D. Manuel ainda antes dos atentados de Setúbal, ou seja, em 1483, quando os atentados foram em 1484, e a morte de D. Afonso só se verificou em 1491, como agora mesmo acabei de dizer.

DAMIÃO DE GÓES é expresso em explicar (3) que D. João II, em 1483, quando findaram as Terçarias, e tendo regressado D. Manuel de Espanha, lhe deu como divisa ou emblema a esfera armilar, e lhe montou casa bem ordenada e rica, com ornamentos de capela, baixela, etc. (4).

de Jesus, de Setúbal, e outras de capitéis do mesmo claustro, que eu vi fotografadas no «Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais», n.º 47, fossem igualmente da autoria de BOYTAC, dos seus discípulos, ou dos seus colaboradores.

Se assim for, não só as cabeças do Monumento de Setúbal podiam provir dos mesmos artistas, como se encontraria, talvez, no Mosteiro de Setúbal, o retrato, em pedra, do próprio BOYTAC, assunto a que voltarei a referir-me noutro trabalho.

Por agora, direi apenas que, para quem confronte o medalhão com o retrato que a tradição diz ser de BOYTAC, do Mosteiro dos Jerónimos, fotografado a págs. 116 do trabalho do Sr. Dr. Mário Carmona, com a cabeça central do capitel do Mosteiro de Jesus, fotografado na figura n.º 49 do citado «Boletim», não poderá deixar de surgir, desde logo, a impressão de que as duas cabeças retratam, justamente, uma única e mesma pessoa, que poderá ser, talvez, o grande architecto e Mestre DIOGO BOYTAC.

(1) Damião de Góes, «Crónica de D. Manuel», capítulo V.

(2) Discurso IV, parágrafo XXXI.

(3) Damião de Góes, «Crónica de D. Manuel», capítulo V.

(4) O trocadilho entre a divisa «SPERO IN DEO» e a ideia de «ESPERAR PELO TRONO», talvez tenha partido de Garcia de Rezende, quando, já em tempo de D. Manuel, escreveu, na sua «Miscellânia», a respeito deste monarca, o seguinte:

«Teve por divisa a ESPERA;
ESPEROU; foi tanto ávante,
quanto sua honra prospera.»

A esfera armilar era portanto conhecida em Portugal pelo nome de «SPHERA», ou «SPERA», e daí, por associação de ideias, o facto de começar a usar-se, como divisa, a legenda «SPERA IN DEO» e «SPERO IN DEO», referida, a princípio, e naturalmente, à esperança nos resultados da navegação científica, a que estava ligada a Cosmografia, e, portanto, a esfera armilar, e, mais tarde, como lema de natureza geral.

*

Assim, na capa da obra «Tratado da Esfera do Mundo, tirada de Latim em linguagem portuguesa, com uma carta que um grande doutor alemão mandou a El-Rei D. João o II», impressa em Lisboa, em 1518, aparece apenas o desenho da «SPERA», ou esfera armilar, e a legenda «IN DEO».

*

É curioso, notar até, que nesta mesma obra aparece, também, um retrato do Rei D. João II, coroado com a mesma coroa aberta, e cuja semelhança com a cabeça de pedra do cunhal do Monumento de Setúbal é na verdade impressionante (1).

*

Depois, no «Regimento da Provisão dos Contadores das Comarcas, nas Capelas, Hospitais, Albergarias, Confrarias, Gafarias, novamente ordenado e compilado», impresso em gótico, em 1514, aparece igualmente, na capa, uma esfera armilar, e a legenda, já muito mais ampliada: — «SPERA IN DEO ET FAC BONITATEM» (2).

*

Na «Relação verdadeira e individual do formidável incêndio que se ateou no Hospital Real de Todos-os-Santos da cidade de Lisboa, em 10 de Agosto deste ano de 1750», publicada em 1750, na oficina de Manuel Soares, também aparece, na capa, o distintivo da esfera armilar, com a legenda antiga «SPERO IN DEO» (3).

*

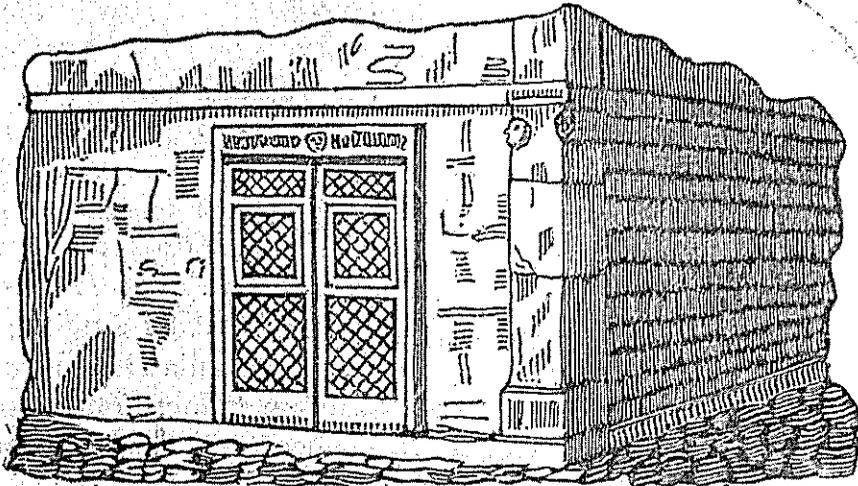
Por outro lado, sabido que a Igreja de Marvila, de Santarém, foi restaurada, ou no reinado de D. João II, ou no reinado de D. Manuel,

(1) A fotografia da capa desta obra encontra-se no volume «Oito Séculos da História Luso-Alemã», da autoria de E. A. Strasen e Alfredo Gandara, 1944, pág. 102.

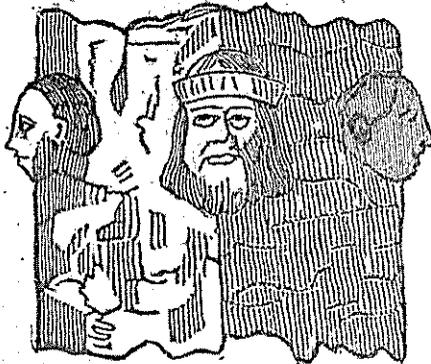
(2) A fotografia pode ver-se no volume publicado sobre «O Hospital Real de Todos-os-Santos de Lisboa», pelo Sr. Dr. Mário Carmona, Lisboa, 1954, pág. 189.

(3) Quanto à fotografia desta capa, pode ver-se no volume anteriormente citado, a pág. 250.

Béja, oitavo condestavel do reino, irmão da rainha, e primo delrei, com o rosto descoberto, e dez feridas mortaes. — E ninguem se atreveu a fazer-lhe sequer uma aspersão de agua benta! Fôra elrei quem o assassinára!



SI DEVS PRO NOBIS QVIS COTRANOS



MONUMENTO DA TENTATIVA DOS FIDALGOS CONTRA A VIDA DE D. JOÃO II.

N.º 1

O monumento de Setúbal, segundo uma gravura publicada pelo «Panorama» em 1838

O MISTÉRIO DA CASA DAS QUATRO CABEÇAS



N.º 2

Aspecto do cunhal do prédio,
em que se vêem as três cabeças.



N.º 3

Cabeça coroada em que se observam os restos dos
bicos da coroa aberta, usada pelo monarca D. João II.



N.º 4

Legenda existente sobre a porta.



N.º 5

Aspecto mais detalhado da mesma porta.

O MISTÉRIO DA CASA DAS QUATRO CABEÇAS



N.º 6

Pormenor, com a cabeça de D. João II e dos dois nobres.

N.º 7

Cabeça de D. Diogo, Duque de Viseu.



N.º 8

Cabeça de D. Lopo de Albuquerque, Conde de Penamacor

aproveitarei apontar, também, a leitura de uma legenda que ali se encontra, em letras conjuntas ou geminadas, e que o «Inventário Artístico de Portugal» reproduz, em desenho, mas considera de difícil leitura.

Tal legenda, porém, diz, afinal, pura e simplesmente, o seguinte:

«AL TE + SPEHRO», o que significa, exactamente,

«A TE SPERO» (1).

*

Todas estas legendas são, por conseguinte, perfeitamente semelhantes à que se encontra na antiga Rua Direita do Troino, e que é, como disse, «ESPER A THE DEO», ao passo que as outras são:

«SPERO IN DEO», e

«A TE SPERO».

*

Relembrando outros factos da vida de D. João II, é possível que consigamos adiantar um pouco mais, ainda, a prova de que o mesmo, como mais tarde D. Manuel, chegasse a usar, como divisa, além da figura do pelicano alimentando os filhos, e além do conhecido conceito «PELA LEI E PELA GREI», mais a legenda «SPERO IN DEO» (2).

*

Com efeito, vimos já que os atentados contra o rei foram em 1484, e que o monarca já conhecia a esfera, como emblema e como divisa, em 1483.

Mas há mais:

Em 16 de Maio de 1490, ou de 1489, D. João II autorizou a construção do Mosteiro e da Igreja de Jesus, a realizar em Setúbal, e foi ele próprio quem conduziu e assentou solenemente a primeira pedra, juntamente com o Bispo D. Diogo Ortiz, seu confessor, em 17 de Agosto desse mesmo ano de 1490, ou de 1489 (3).

(1) Volume III, «Distrito de Santarém», por Gustavo de Matos Sequeira, págs. 61 e 62, com o desenho da legenda.

(2) Há «contos de contar» ou fichas metálicas, do reinado de D. João II, com o pelicano, e outros com a esfera armilar. Veja-se «Contos para contar», por Paulo Ferreira de Lemos, Porto, 1955, separata da Revista «Nvmmvs», págs. 113 e 114.

(3) A data certa deve ser, segundo Pinho Leal, 1489 — «Portugal Antigo e Moderno», Vol. IX, pág. 242 — e não 1490, conforme sustenta Manoel Maria Portella na sua «Memória sobre a História e Administração do Município de Setúbal», obra publicada em 1879. Veja-se o «Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais», n.º 47, «Igreja do Mosteiro de Jesus, de Setúbal», pág. 8.

Em 1491, passando novamente por Setúbal, e interessando-se em visitar as obras, ficou surpreendido com a pequenez da construção, e ordenou imediatamente a suspensão dos trabalhos, e a edificação de um Mosteiro e Igreja dignos da sua cooperação, pelo que mandou fazer um novo projecto, desta vez ao grande architecto que foi o Mestre Diogo Boytac, em 1492 (1).

Ora, foi nesse mesmo ano de 1491 que D. João II começou a ver declinar o seu poderio.

D. Afonso, seu único filho legítimo, casou então com D. Isabel, filha dos Reis Católicos Fernando e Isabel, de Castela, mas veio a falecer, sem descendentes, em 12 de Julho de 1491, por ter caído de um cavalo junto da cidade de Santarém, e o desgosto desta morte quebrou extraordinariamente as forças de D. João II (2).

Quando o médico alemão Jerónimo Münzer, ou Jerónimo Monetário (o tal grande doutor alemão a que se refere o «Tratado da Esfera do Mundo», e que escrevera a D. João II, um ano antes, aconselhando-lhe as navegações marítimas para o Ocidente)—quando este médico veio visitar o Rei de Portugal, em 1494, escreveu o seguinte, no seu célebre e curioso «Itinerário»:

«Despedindo-me dele no dia de Santa Catarina, depois da ceia no palácio, abraçou-me».

«Estava com má cor, pois desde que seu filho Afonso morreu, por ter caído de um cavalo, tem passado sempre mal, e é de recear que se trate de hidropisia (3).

Oxalá tenha longa vida tão grande e bondoso rei!».

«Tem um filho bastardo chamado D. Jorge, adolescente de 13 anos, tão talentoso e tão douto para a sua idade na recitação de poesias que não pode exigir mais» (4).

*

D. João II quis deixar a coroa a este seu filho, D. Jorge de Lencastre, Duque de Coimbra, Mestre e Comendador da Ordem de San Tiago, e tronco

(1) Veja-se a «Crónica Seráfica», de Frei Jerónimo de Belém. Por morte de D. João II, já estava concluída a Capela-Mor da Igreja de Jesus, e a construir-se em madeira a cobertura da nave, quando D. Manuel mandou fazê-la de pedra, e daí os pilares que Boytac, — ou Boitaca, a portuguesa — lhe introduziu, para sustentar a abóbada. Veja-se o trabalho citado «Hospital Real de Todos-os-Santos», págs. 117 e seguintes.

(2) Pinho Leal, «Portugal Antigo e Moderno», Vol. IX, pág. 227, nota 2.ª.

(3) Segundo Ricardo Jorge, no seu trabalho «O óbito de D. João II», Conde de Sabugosa, no seu trabalho «A Rainha D. Leonor», e Dr. Fernando da Silva Correia, no seu trabalho «A causa da morte da Infanta Santa Joana», D. João II morreu por virtude de uma nefrite crónica.

(4) «Oito Séculos de História Luso-Alemã», já citado, pág. 100.

da Casa dos Duques de Aveiro, que também residiu e teve casas em Setúbal, exactamente onde fôra assassinado o Duque de Viseu (1).

*

D. Leonor, porém, esposa do Rei, e irmã daquele Duque de Viseu, apunhalado em Setúbal, e a Côrte, opuseram-se tenazmente, e quem veio a suceder no trono, a D. João II, foi D. Manuel, irmão da Rainha, e do justicado D. Diogo (2).

*

D. João II fez o seu testamento em Alcáçovas, em 29 de Setembro de 1495, e algum tempo depois, já doente, convenceu-se, ou convenceram-no a tomar parte, a cavalo, numa caçada aos javalis — com urêmia, e com nefrite crónica — de modo que, logo em 25 de Outubro, menos de um mês depois de convencido à realização do testamento em que deixou a coroa de Rei a seu primo D. Manuel, — D. João II acabou por falecer, com 40 anos e 6 meses de idade, e com 14 anos e dois meses de governação, não em Lisboa, mas em Alvor! (3)

*

O Doutor Jerónimo Münzer viu D. João II pela última vez em 1494, no dia de Santa Catarina, dando a entender, pela forma como escreve, que o Rei se inclinava a deixar como sucessor seu filho D. Jorge — e o Rei faleceu em Alvor, logo em 25 de Outubro de 1495, ou seja, apenas um ano depois, e logo menos de um mês depois de o convencerem ao testamento!

*

Com todas estas lutas, e intrigas familiares, não é difícil imaginar, quais teriam sido as exaltações, os desânimos, e as pressões sobre D. João II, até que a Rainha, e a Côrte, o levassem a nomear, em testamento, como seu sucessor, não o filho D. Jorge de Lencastre, em que falára ao Dr. Jerónimo Münzer, mas o primo e irmão do Duque de Viseu, D. Manuel, — que, depois de rei, não só restituiu em sua glória um dos conspiradores fugidos para Castela, como pagou sempre, dos seus rendimentos, as dívidas contraídas por D. Diogo, muitas delas, presumivelmente, para a própria conjura (4).

(1) Pinho Leal, ob. cit., Vol. IX., pág. 240, nota 27, e pág. 244, nota 2.^a.

(2) Pinho Leal, obra e vol. citados, págs. 352 e 353.

(3) Vejam-se os trabalhos do Sr. Dr. Fernando da Silva Correia, «A causa da morte de Santa Joana», no «Arquivo do Distrito de Aveiro», n.º 28, 1941, pág. 288, e «A propósito de D. João II» em «Olisipo», págs. 194 e 195.

(4) Garcia de Rezende diz o seguinte, quanto a somas dispendidas com a conjura: «E na pousada de Fernão da Silveira foi achada uma sua bopzoleta com muitos cruzados, que por man-

Um facto, que vou descrever, talvez nos elucide melhor, sobre o que foi a luta da nobreza contra D. João II:

Num trabalho muito recente, do Sr. PAULO FERREIRA DE LEMOS sobre «Contos para contar», entende este autor «ser a esfera, já no tempo de D. João II, um emblema de realeza»⁽¹⁾.

E na idade média usavam-se fichas ou marcas metálicas chamadas «contos para contar», que serviam, nas grandes casas nobres, e nas repartições públicas, para assinalar grupos de moedas recebidas, e tornar assim mais fácil a contagem final da sua totalidade.

Ora, feita agora a classificação dessas fichas metálicas, cunhadas pelo Rei, e pela Nobreza, e com as divisas dos Reis de Portugal, e os seus escudos e emblemas, verifica-se mais o seguinte e curioso facto:

Encontrando-se D. João II, já doente, possivelmente de hidropisia, ou então de nefrite crónica — e chamando-lhe alguém «Alteza», respondeu, desanimado:

— «Deixai, deixai, sou apenas cinza e podridão»...

Ora, conforme se vê no trabalho indicado, logo apareceram contos de contar, provenientes do Porto, com a referida esfera armilar, e a legenda:

«DEVISA DE REI — PUS POEIRA CADAVER»...

É pouco provável que D. João II tivesse permitido, ou ordenado, tão estranha divisa, que antes deve entender-se como uma antecipação dos seus inimigos ao goso ansiosamente esperado da sua morte, e como uma forma de propaganda, no sentido de ofuscar a memória dos feitos deste Rei.

Não sei se isto interessará, ou não, para a história da divisa de Setúbal, mas o certo é que, depois de tão desagradável ultrage, aparecem, no reinado de D. João III, vários outros «contos para contar», com as seguintes legendas:

No anverso:— «D. N. IOANNES III PORTUGA».

E, no reverso, a esfera armilar, e a mesma divisa que já conhecemos, mas referida a outrem:— «OMNIS SPES EIVS IN DEO».

Seria isto, porventura, um desagravo de D. João III à memória de quem tinham feito passar, apenas, por «PUS, POEIRA, E CADÁVER»?

dado do Duque recebera, de que já dispendera muitos mais por aqueles da conjuração, cujos nomes e somas por duas ementas se acharam.

E Damião da Gões, «Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel», ed. da Univ. de Coimbra, Vol. I pág. 14; e «Do sítio do Restêlo e das suas Igrejas de Santa Maria de Belém», por Mário Luís de Sampaio Ribeiro, Lisboa, 1949, pág. 321, e nota 108.

(1) Revista «Nvmmvs», Vol. III, n.º 9, pág. 104.

Quanto a D. Manuel, esse nunca foi muito enérgico para com os inimigos de D. João II, e o facto compreende-se, se pensarmos que o Rei apunhalara em Setúbal o seu irmão, Duque de Viseu, e chefe dos conspiradores...

*

Assim, parece-me absolutamente gratuito, em face de todos os documentos apontados, continuar a sustentar-se, como o fez Manoel Maria Portella, que as cabeças hajam de ser necessariamente posteriores a 1755, e que nada faça presumir, à face da História, a respectiva antiguidade, e a possibilidade da comemoração dos atentados contra D. João II.

6 — OUTRA LEGENDA DO MONUMENTO E SUA PRESUMÍVEL ANTIGUIDADE.

Um outro aspecto que também não vi até hoje tratado pelos autores, é o da presumível antiguidade do conteúdo de uma outra legenda, que se encontra no mesmo monumento.

Com efeito sobre a porta do prédio n.º 44 da Rua Direita do Troino encontra-se, como disse, *uma outra cabeça de pedra*, cercada apenas por uma fita, ou com um barrete, representando feições emolduradas por barba e cabelos compridos, semelhante à cabeça coroada da esquina do prédio (Fotog. n.º 4).

Dos lados, e um pouco abaixo, aparece a seguinte legenda, que também considero significativa para o esclarecimento do mistério, e que diz:

«SI DEVS PRO NOBIS QVIS COTRA NOS», que significa «SE DEUS É POR NÓS — QUEM CONTRA NÓS?»

*

Ora, analisando as legendas que aparecem nas moedas dos primeiros Reis de Portugal, verifiquei mais este facto curioso; D. Fernando utilizou nas moedas as seguintes legendas;

«AVXILIVM MEVM A DOMINO QVI FECIT CELVM E TERRAM».

Outra legenda de D. Fernando, foi a seguinte:

«SI DOMINVS MICHI ADIVTOR NON TIMEBO QVID FACIAT»,
ou «QVID FACIAT MI».

Terceira legenda que me recordo de ter observado é a seguinte :

«DOMINVS MICHI AIVTOR ET EGO DISPICIAM» ou «DEPICIAM INIMICOS MEOS».

E, finalmente,

«SI DOMINVS MICHI AIVTOR NON TIMEBO» (1),

divisa cujo conteúdo é bastante semelhante à de

«SI DEVS PRO NOBIS QVIS COTRA NOS».

*

Depois, vieram D. João I e D. Duarte, e usaram a seguinte legenda :

«ADIVTORIVM NOSTRVM QVI FECIT CAELVN ET TERRAN» (2).

*

E D. Afonso V, pai de D. João II, usou, ainda, a mesma legenda, com a variante :

«ADIVTORIVM NOSTRVM DOMINVS QVI FECIT...», além de outras legendas, que não foi possível completar convenientemente.

*

O conteúdo destas divisas resume portanto, exactamente o mesmo pensamento daquela outra legenda, que se vê no Monumento em causa — legendas que não voltaram a repetir-se, com o mesmo significado, que eu o saiba, depois de D. Afonso V, a quem sucedeu exactamente D. João II.

*

Não admira, portanto, que D. João II resolvesse perpetuar a memória da sua vitória perante os seus inimigos, numa legenda em tudo semelhante à de D. Fernando, que usava como divisa :

«QUE DEUS ME AJUDE, E EU DESDENHAREI DOS MEUS INIMIGOS!».

(1) Note-se que as legendas a que me refiro, dos primeiros Reis de Portugal, não aparecem nunca completas numa só moeda. É pelo exame de muitas moedas que se descobre cada uma delas, e, para isso consultei numerosos catálogos, e designadamente a colecção de «A Moeda», publicada pela Casa A. Molder, de Lisboa,

(2) É curioso notar o emprego da terminação «N», em vez de «M» nas palavras «CAELVN» e «TERRAN».

O emprego do plural «NOBIS» seria exactamente uma das provas de que a frase era do próprio Rei, e nem aliás seria provável que D. Manuel e D. Leonor, viúva, fossem erigir qualquer Monumento em Setúbal, para comemorarem o castigo de uma conspiração, de que seu irmão D. Diogo fora o cabecilha, e em que perdera a vida, apunhalado pelo Rei, quando era o próprio D. Manuel o primeiro a restituí-lo em todas as suas honras e fazendo a D. Álvaro de Ataíde, sobrevivente da perseguição de D. João II, e pai de D. Pedro de Ataíde, que tentara apunhalar o Rei numa escada, e que fora, não só degolado, mas também esquartejado, por ordem do Rei, na praça pública de Setúbal.

*

Vencedor da conspiração, e para temor dos insensatos, só D. João II teria, portanto, feito gravar, junto da sua própria cabeça, de pedra (Fotografia n.º 5) e, talvez, na porta na própria escada por onde descia, quando tentaram apunhalá-lo, esta legenda, simultâneamente severa e altiva :

«SI DEVS PRO NOBIS — QVIS COTRA NOS», que o mesmo é que dizer :

«SE DEUS ESTÁ POR NÓS — QUEM TERÁ A INSENSATEZ DE PENSAR QUE PODERIA OBTER ALGUM RESULTADO CONTRA NÓS?» (1).

7 — RAZÕES POR QUE SE FALA, ACTUALMENTE, NO FACTO DE O MONUMENTO COMEMORAR UM ATENTADO NA PROCISSÃO DE «CORPUS CHRISTI».

Chegámos, assim, a um dos últimos obstáculos que têm sido levantados pelos autores contra o Monumento, e que é o de que, afinal, este não pode comemorar um atentado a realizar contra D. João II na Procissão do Corpo de Deus, já que nenhum dos historiadores que se referem à vida do monarca assinala qualquer atentado desse género, e para tal ocasião.

*

Concordo absolutamente com a objecção, e até acrescento um pouco mais:

Até 1838, que eu o saiba, ninguém se lembrara de associar o Monumento de Setúbal a qualquer atentado na procissão de «Corpus Christi».

(1) Para uma melhor observação da cabeça de D. João II, veja-se a fotografia n.º 5.

A confusão tem outra origem, e vem do seguinte:

Domingos Leite Pereira era escrivão da Correição do Cível da Corte, no tempo de D. João IV.

Sabedor de que o Rei lhe requestava a esposa, este marido atraído resolveu fazer justiça por suas mãos, foi-se para Castela, onde se entendeu com os inimigos do Rei, e veio a Portugal, para alvejar D. João IV a tiro de arcabuz, e com projecteis envenenados com «peçonha», de dentro de umas casas, quando El-Rei passasse na Procissão do Corpo de Deus, no dia 20 de Junho de 1647.

*

No momento propício fraquejou-lhe o ânimo, e regressou a Castela, resolvendo atentar novamente contra a vida do Rei, para o que voltou a Portugal, onde foi preso em 30 de Julho de 1647, no lugar da Póvoa de D. Martinho, por prévia denúncia de um seu cúmplice, que trouxera de Castela.

Foi condenado à morte, e a parte final da sentença, de 12 de Agosto de 1647, é a seguinte:

«...e como tal o condenam, e mandam, que, com baraço, e pregão, pelas ruas públicas, e costumadas, seja levado a rasto à forca, aonde, sendo-lhe primeiro decepadas as mãos no Pelourinho, morra enforcado de morte cruel, e o seu corpo seja posto em uma fogueira, e nela feito em pó, e em cinza, para que dele não fique memória...».

E o final da sentença era, como de costume, além de tudo isto, e de mais o «confisco total dos bens»—que pagasse o réu as custas do processo!...

*

Houve, portanto, a mistura da tradição oral setubalense, «da parte ignorante dos moradores de Setúbal», segundo dizia Manoel Maria Portella, —mas que, afinal, é neste caso a mais certa—com factos posteriores passados no reinado de D. João IV, e esta mistura deve-se como vai ver-se, não ao povo de Setúbal, mas ao autor do romance chamado histórico e intitulado «Mestre Gil», que no referido romance coloca o Duque de Viseu a premeditar o atentado da Procissão de Corpus Christi...

*

Entre a versão do povo de Setúbal, pura até 1838, e natural em face dos temerosos actos de justiça de que fôra expectador, conforme mostrei, em 1484—e a versão fantasiosa do «ilustrado autor» de «Mestre Gil» (como

lhe chama Manoel Maria Portella—eu inclino-me, portanto, sem qualquer hesitação, para a tradição na verdade rigorosa das gentes da vila de Setúbal, naturalmente impressionadas, conforme disse, de pais para filhos e durante séculos, pelo rigor dos castigos a que haviam assistido, e infringidos em pessoas da mais alta linhagem destes Reinos.

8 — O MONUMENTO DAS QUATRO CABEÇAS, ANTERIORMENTE AO TERRAMOTO DE 1755

Sabido, porém, que Manoel Maria Portella afirmou, ainda, que as quatro cabeças eram posteriores ao terremoto de 1755, visto que este destruíra quase todo o Bairro do Troino, cumpre analisar, como última prova, e esta decisiva, àcerca da natureza da tradição setubalense, anteriormente ao romance intitulado «Mestre Gil», de 1838, e àcerca, exactamente, dos efeitos que o terremoto de 1755 pudesse ter tido sobre o raro e curiosíssimo Monumento de que nos ocupamos.

*

Felizmente para todos nós, e para a história da Memória de Setúbal, houve um escritor setecentista, que foi Frei Cláudio da Conceição, que se referiu ao Monumento das quatro cabeças, e que nos conta, não só qual a tradição setubalense antes do romance pouco histórico «Mestre Gil», mas, também, que já ali existia, e ali continuou a existir o Monumento, antes e depois do terremoto de 1755...

*

Na sua obra «Gabinete Histórico» tomo II, publicado em 1819, Frei Cláudio da Conceição conta o seguinte:

«Algum tempo depois» — da morte do Duque de Bragança, em Évora — «sendo-lhe descoberta» — ao Rei — «uma conjuração contra ele, de que era cabeça D. Diogo, Duque de Viseu, cunhado do Duque morto, e irmão da Rainha, estando o Rei em Setúbal, o mandou chamar ao seu palácio, e aí mesmo lhe tirou a vida com um punhal, mandando prender ao mesmo tempo, e fazendo punir, todos os mais conjurados».

«Deste modo, aquietou El-Rei D. João II as perturbações que os grandes causavam no Reino, por causa dos seus privilégios e direitos, supondo-se esbulhados da sua grandeza».

«É tradição constante que o Duque quis consumir o regicídio e

descarregar o fatal golpe sobre o Rei, quando passeava a pé, com ele, pelas ruas de Setúbal; o que então abortou, porque o Rei se apercebeu, talvez ciente do que se intentava contra ele (1).

«O certo é que, no princípio da Travessa da Rua das Amoreiras, em o canto das casas que viram para a dita travessa, havia uma cabeça de pedra que se conservou até ao terremoto do 1.º de Novembro de 1755, em que caíram as mesmas casas, que se levantaram, sem conservarem a mesma memória; e no fim da mesma travessa, no canto da Rua do Poente, se conserva ainda hoje, na esquina, outra cabeça; e dobrando para a Rua Direita do Troino, na frente das mesmas casas, levantada em meio relevo, está uma cabeça coroada com a letra por baixo — SI DEVS PRO NOBIS, QVIS CONTRA NOS?

«É igualmente tradição, que o Rei chegando ao palácio, que hoje é dos Viscondes de Vila Nova do Souto d'El-Rei, chamara o Duque para junto de uma janela que olha para o Nascente e ali o apunhalara; do que se seguiu fechar-se a janela, para memória, e assim se conservou, fechada de pedra e cal — até que José Henriques Anchieta Portes e Sampaio, Desembargador do Porto, e Corregedor de Setúbal, a mandou abrir e aberta se conserva».

Cai assim por terra, como se vê, a última afirmação de MANOEL MARIA PORTELLA, de que as pedras estavam trabalhadas em forma moderna, e de que tinham sido ali postas, necessariamente, depois do terremoto de 1755 (2).

*

Não diz GARCIA DE REZENDE quais os conjurados que tentaram assassinar o Rei quando este passeava sem guarda pelo Bairro do Troino, e apenas conta que, de outra vez, foram D. Pedro de Ataíde e D. Guterrez Coutinho quem tentou apunhalá-lo, ao descer de uma escada, quando iam à noite às casas da Rainha (3).

(1) Garcia de Rezende é expresso em contar como o Rei andava prevenido e armado, já antes dos atentados de Setúbal: «E sabendo El-Rei tudo isto tão inteiramente por taes duas pessoas» — ou seja, por D. Diogo Tinoco e por D. Vasco Coutinho — «o dissimulou de maneira que nunca foi sentido, por esperar mais inteira prova, e porém andava mui a recado armado mui secretamente, e sempre com espada, e punhal, e a cavallo, e nunca em mula; porém tudo isto feito com tanta prudência e dissimulação, que nunca sentiram o que ele sentia». Veja-se Pinho Leal, ob. cit., Vol. IX, pág. 224.

(2) A própria forma das letras das legendas, em caracteres góticos ou iniciais maiúsculos, de secção triangular, nos remete para uma época compreendida entre o Séc. XIV — em que surgiram os caracteres góticos nas nossas inscrições — e a segunda metade do Séc. XVI, em que foram passando a usar-se os caracteres romanos, por virtude do Renascimento. Veja-se J. M. Cordeiro de Sousa, «Apontamentos da Epigrafia Portuguesa», Lisboa, 1937, pág. 20 e 25.

(3) Frei Cláudio da Conceição, no seu «Gabinete Histórico», tomo II, de 1819, conta, como disse no texto, que foi D. Diogo, Duque de Viseu, quem quis atentar contra a vida do Rei ao passearem na cidade de Setúbal, o que já é um elemento sobre a autoria do atentado junto da Igreja da Anunciada.

D. Pedro de Ataíde foi por isso esartejado em Setúbal, e D. Guterrez morreu de morte «artificial» — como lhe chamou GARCIA DE REZENDE — porque D. João II dera a D. Vasco a sua palavra de Rei de que o não faria morrer por justiça... e palavra de Rei tem de cumprir-se!...

*

Sendo, portanto, a figura central da esquina a de D. João II, conforme se vê na legenda, e pela coroa, — *resta decidir se as duas outras cabeças, mais pequenas, que o ladeam, serão as dos dois nobres que tentaram apunhalá-lo nas escadas, ou se pelo contrário, estas duas cabeças representam os dois chefes principais da conspiração.* (Fotografia n.º 6).

Na primeira das hipóteses, as duas cabeças seriam as de D. Pedro de Ataíde, e a de D. Guterrez Coutinho; e, na segunda hipótese, representariam o Duque de Viseu e o Conde de Penamacor, respectivamente à direita e à esquerda do Rei, se é que D. João II se não abalçou, mesmo, á representação das cabeças de D. Garcia de Menezes, Bispo de Évora, ao lado de D. Diogo, Duque de Viseu.

Atendendo porém, a que a tradição, ainda que adulterada em 1838, aponta como sendo do Duque de Viseu e do Conde de Penamacor as cabeças que ladeam a de D. João II, não vejo na verdade razão para que nos afastemos desta explicação, até que outros elementos possam fazer modificar o conteúdo da tradição setubalense, que ainda neste ponto me parece a mais certa. Com efeito, dada a posição de Prelado de D. Garcia de Menezes, Bispo de Évora, que nem chegou a ser executado publicamente, é mais provável que D. João II tivesse feito esculpir, para exemplo, as cabeças do Duque de Viseu, e do Conde de Penamacor, chefes da conspiração, do que a cabeça do Bispo D. Garcia.

Assim, a fotografia n.º 7 representará a cabeça de D. Diogo, Duque de Viseu, e a fotografia n.º 8 representará a cabeça de D. Lopo de Albuquerque, Conde de Penamacor.

*

Quanto à cabeça que se encontra sobre a porta, e conforme já anteriormente disse, é de concluir que se trata também de D. João II, exactamente pelo estudo das palavras que a ladeam, e que só podem atribuir-se à própria pessoa do Monarca.

Finalmente, quanto à *quinta e última cabeça*, a que se refere FREI CLÁUDIO DA CONCEIÇÃO, e que desapareceu de outro prédio por ocasião do terremoto de 1755, é de presumir, dentro do conteúdo da tradição setubalense acima apontada, que se tratasse, ou da representação de D. João II, ou da represen-

tação do terceiro dos cabecilhas da conjura, e que seria o já mencionado D. Garcia de Menezes, Bispo de Évora, preso em Setúbal junto das Casas da Rainha, e logo conduzido para Palmela, onde foi envenenado...

*

Por último, resta esclarecer que as cabeças nunca estiveram na «*Travessa das Amoreiras*», como diz erradamente o «*Arquivo Popular*» de 1839.

Com efeito, diz o «*Arquivo Popular*» o seguinte:

«Ainda hoje se conserva na esquina da Travessa das Amoreiras da vila de Setúbal, uma cabeça de pedra, e na frente das mesmas casas, voltando para a Rua do Troino, outra cabeça coroada em meio relevo e por baixo um letreiro em latim, as quais foram ali postas para memória, pois se diz que, passando a pé com El-Rei por aquela rua, meditara o Duque consumir o regicídio».

Esta prosa é, porém, nitidamente, uma cópia resumida do que dissera FREI CLAUDIO DA CONCEIÇÃO, em 1819, — com a diferença de que, onde FREI CLAUDIO diz, «*Travessa da Rua das Amoreiras*», escreveu o «*Arquivo Popular*», diversamente, «*Travessa das Amoreiras*», o que é diferente, visto que a Travessa do Carmo, onde se encontram as cabeças, é efectivamente uma transversal da Rua das Amoreiras, mas não é, rigorosamente, a Travessa das Amoreiras.

*

Finalmente, resta acrescentar também que, sendo D. Lopo de Albuquerque, Conde de Penamacor, um dos cabecilhas da conjura, — também em Penamacor existia, e existe, uma cabeça de pedra e também na esquina de um prédio, como as que se encontram em Setúbal.

A coincidência é assinalada pelo Sr. PROF. JOSÉ MANUEL LANDEIRO, que se refere a «uma cabeça cravada numa esquina da vila de Penamacor, que deu o nome à rua onde se encontra».

«A casa derruiu há anos e nunca mais foi substituída; no seu lugar» — diz — «ficou um amplo largo».

E «a cabeça foi colocada na quina do cunhal da casa seguinte».

Seria esta cabeça, também, a do Conde de Penamacor?

É esta uma pergunta a que não estou habilitado a responder, presentemente, pelo que me limito a dar por concluídas, — bem, ou mal, — as notícias acerca do «*MISTÉRIO DA CASA DAS QUATRO CABEÇAS*», de Setúbal.

Não será único, este monumento como Memória destinada a comemorar o castigo de crimes de grande importância e projecção social.

O do «Senhor Roubado», por exemplo, perto de Odivelas, é um Monumento curioso, alusivo ao roubo dos vasos sagrados e dos vestidos das imagens de uma igreja, e ao castigo do crime de sacrilégio.

E a memória de Belém, mandada colocar pelo Marquês de Pombal, é outro Monumento do mesmo género do de D. João II, e, por triste coincidência, destinado a comemorar uma outra tentativa de regicídio, desta vez contra D. José I, e em que veio a ser supliciado por dolorosa ironia da História, exactamente um dos descendentes do mesmo D. João II, D. José Mascarenhas, último Duque de Aveiro, e descendente de seu filho D. Jorge de Lencastre, que foi, como se viu, exactamente o tronco da casa dos Duques de Aveiro...

*

Quanto ao Monumento de Setúbal, porém, dada a sua antiguidade, e a importância e projecção histórica que tiveram os factos que visa comemorar — bom seria que fosse proposta à Junta Nacional de Educação a sua inclusão entre os Monumentos sob a protecção do Estado, para que assim fosse convenientemente garantida a conservação futura de tão curiosa Memória, como raro e frágil Monumento, dos que escaparam ao terremoto de 1755.